

## As origens coloniais das ciências econômicas

Ingrid Harvold Kvangraven\*, Surbhi Kesar\*\* e Devika Dutt\*\*\*

**Resumo:** O Prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 2024 foi concedido a Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson. Um dos principais *insights* de seus trabalhos é que as “origens coloniais do desenvolvimento comparativo” são fundamentais para entender as diferenças de prosperidade. Embora celebrado como uma “virada colonial” no pensamento econômico, examinamos criticamente as bases teóricas e a estratégia empírica desses autores, situando-as no problema mais amplo do eurocentrismo na economia, que analisamos em profundidade. Destacamos três formas pelas quais eles reforçam o eurocentrismo e uma visão colonial do mundo: negligenciam a natureza global do desenvolvimento do capitalismo, que simultaneamente produz tanto desenvolvimento quanto subdesenvolvimento; ignoram o processo violento e desigual por meio do qual as instituições capitalistas foram estabelecidas globalmente; e, por fim, tendem a reduzir as questões institucionais a uma visão despolitizada do desenvolvimento capitalista. Apesar de sua tentativa de integrar história e colonialismo, o arcabouço teórico dos autores permanece ahistórico e eurocêntrico.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento econômico. Nova economia institucional. Eurocentrismo. Colonialismo, Desenvolvimento desigual. Direitos de propriedade.

**Resumen:** El Premio Nobel de Ciencias Económicas de 2024 fue otorgado a Daron Acemoglu, Simon Johnson y James Robinson. Uno de los principales aportes de sus trabajos es que los “orígenes coloniales del desarrollo comparativo” son fundamentales para comprender las diferencias en la prosperidad. Aunque ha sido celebrado como un “giro colonial” en la economía, examinamos críticamente las bases teóricas y la estrategia empírica de estos autores, situándolas dentro del problema más amplio del eurocentrismo en la economía, que analizamos en profundidad. Destacamos tres formas en las que refuerzan el eurocentrismo y una visión colonial del mundo: ignoran la naturaleza global del desarrollo del capitalismo, que simultáneamente produce tanto desarrollo como subdesarrollo; pasan por alto el proceso violento y desigual mediante el cual las instituciones capitalistas han sido establecidas globalmente; y, por último, tienden a reducir las cuestiones institucionales a una visión despolitizada del desarrollo capitalista. Notablemente, a pesar de su intento de integrar historia y colonialismo, el marco teórico de los autores sigue siendo ahistórico y eurocéntrico.

**Palabras clave:** Desarrollo económico. Nueva economía institucional. Eurocentrismo. Colonialismo. Desarrollo desigual. Derechos de propiedad.

**Abstract:** The Nobel in Economic Sciences 2024 was awarded to Daron Acemoglu, Simon Johnson and James Robinson. One of their key insights is that the “colonial origins of comparative development” are key to understand differences in prosperity. While hailed as a “colonial turn” in economics, we analyze critically the theoretical foundations of the authors and their empirical strategy, situating it in the broader problem of Eurocentrism in economics, which we unpack. We highlight three ways in which they reinforce Eurocentrism and a colonial world view, namely, first through neglect of the global nature of capitalism’s development that simultaneously produces both development and underdevelopment, second, through neglect of the violent and uneven process via which capitalist, or what they refer to as inclusive, institutions have been established globally, and, finally, in their tendency to reduce institutional matters to a depoliticised view of capitalist development. Remarkably, despite their attempt to integrate history and colonialism, their framework remains ahistorical and Eurocentric.

**Keywords:** Economic development. New institutional economics. Eurocentrism. Colonialism. Uneven development. Property rights.

\* Doutora em Economia na The New School. Professora titular de Desarrollo Internacional no King’s College, Londres

\*\* Doutora em Economia South Asia University, Nova Delhi. Professora Titular de Economia SOAS University of London

\*\*\* Doutora em Economia na Universidade de Massachusetts Amherst, Professora de Economia do Desenvolvimento no Kings College, Londres.

## Introdução

O recente Prêmio do Banco Central (Sveriges Riskbank) em Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 2024, foi concedido a Daron Acemoglu, Simon Johnson e James Robinson (daqui em diante, AJR). O comitê do Nobel *destacou* que os laureados “[...] demonstraram a importância das instituições sociais para a prosperidade de um país. Sociedades com leis frágeis e instituições que exploram a população não geram crescimento nem mudança para melhor”. Uma de suas ideias centrais é que, para entender as diferenças em prosperidade, é necessário considerar as *Origens coloniais do desenvolvimento comparativo* (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2001). Alguns se referiram a essa ideia como uma “virada colonial” na Economia (INCE, 2022). Embora isso represente um avanço em uma disciplina que historicamente tem focado os mercados como via principal para o desenvolvimento, e que tende a negligenciar o papel do colonialismo na formação das economias, essa “virada colonial” é insuficiente para compreender as raízes da desigualdade global (e local), bem como as instituições que sustentam o sistema econômico. Para entender como AJR integram o colonialismo à Economia sem abordar as dinâmicas capitalistas do desenvolvimento desigual, é necessário voltar às origens coloniais da Economia.

Pode-se argumentar que a Economia foi baseada no eurocentrismo desde sua criação como disciplina (DUTT ET AL., 2019). Isto significa que a economia entende que o desenvolvimento (do capitalismo) ocorreu de forma endógena na Europa, com base em uma série de desenvolvimentos internos, como o progresso tecnológico, a alta produtividade, o trabalho árduo e os desenvolvimentos culturais e sociais que fizeram com que a produção para o mercado estivesse alinhada com o que os economistas considerariam racional (AMIN, 2009). Como consequência, se as mesmas condições puderem ser criadas em outros países, o desenvolvimento também pode ocorrer neles. Essa narrativa eurocêntrica, no entanto, é parcial e enviesada, na medida em que omite os processos violentos da colonização, da exploração, das mudanças nas relações sociais, do imperialismo e da racialização, que forjaram o desenvolvimento do capitalismo na Europa ao mesmo tempo que criaram o subdesenvolvimento em outras partes do mundo e que continuam moldando e sustentando o capitalismo (FRANK, 1966; RODNEY, 1972; BRENNER, 1976; PATNAIK; PATNAIK, 2021; INIKORI, 2020). Dessa forma, tal narrativa reduz o processo de desenvolvimento econômico à procura da combinação institucional apropriada para promover aumentos de eficiência, progresso tecnológico e tomada de decisões racionais, a fim de conduzir os países subdesenvolvidos a um caminho de prosperidade. Dada a falta de compreensão dessa visão eurocêntrica sobre o papel do colonialismo na formação da economia global e na criação da dicotomia desenvolvimento e subdesenvolvimento

como resultado de um processo histórico comum, ela, na verdade, serve para reforçar uma visão colonial do mundo, que vê as economias do Norte Global como modelos de desenvolvimento naturalmente melhores.

À medida que o foco da disciplina se estreitou durante a Guerra Fria para fortalecer sua dependência do individualismo metodológico e do nacionalismo metodológico, isto é, tomando o Estado-nação e o indivíduo como as unidades de análise mais relevantes, sem reconhecer as estruturas que moldam e constroem a economia global e o comportamento individual (BLAUG, 2003; FINE; MILANOKIS, 2009), a narrativa eurocêntrica só se solidificou e, ainda, passou amplamente despercebida e sem questionamento.

## **AJR e a “virada colonial” na Economia**

Quando os protestos públicos nos Estados Unidos se intensificaram após o assassinato de George Floyd em 2020, os movimentos estudantis baseados no sistema de castas após o caso de Rohit Verma, e os movimentos pela descolonização das universidades, começando com o #RhodesMustFall, a falta de atenção da disciplina às desigualdades raciais, às desigualdades de casta e à sua abordagem eurocêntrica finalmente chamou a atenção dos economistas. Na esteira disso, a disciplina também precisou lidar com suas origens coloniais e a falta de compreensão sobre o colonialismo e o imperialismo. Muitos economistas contestam as críticas à Economia que a consideram insensível ao colonialismo, pois, como no trabalho amplamente citado de AJR demonstra, o que se mostra é justamente o oposto. Além disso, o Prêmio Nobel de Economia concedido a AJR pode parecer uma tentativa de destacar que a disciplina, de fato, trata do colonialismo. Mas será que isso é feito de uma forma que desafia a narrativa eurocêntrica mencionada acima, ou, ao contrário, mantém tal narrativa intacta?

Para contextualizar, a Nova Economia Institucional (NEI) surgiu na década de 1970 como um aprofundamento da economia neoclássica, que enfatiza o papel dos direitos de propriedade e dos custos de transação, observando falhas associadas às reformas de livre mercado no Sul Global como sendo decorrentes das imperfeições dos arranjos institucionais que não sustentam adequadamente o crescimento (NORTH, 1991). A contribuição de AJR consiste em um aprofundamento dentro da NEI, e seu trabalho sobre como o colonialismo moldou as instituições abriu caminho para um grande crescimento de pesquisas sobre o colonialismo e a escravidão dentro dessa tradição (VER, POR EXEMPLO, NUNN, 2008; ENGERMAN; SOKOLOFF, 2006; MICHALOPOULOS; PAPAIOANNOU, 2013).

Em síntese, o argumento de AJR é o de que a desigualdade no mundo pode ser explicada pela existência de instituições “inclusivas” ou “extrativas” nos países. Considerando 500 anos de história colonial, eles argumentam que o crescimento capitalista sustentado e a prosperidade podem ser explicados pela existência de instituições inclusivas, as quais eles associam à proteção da propriedade privada, à execução de contratos e criação de mercados que incentivam o investimento e a inovação (instituições que apoiam o mercado). De acordo com os autores, essas instituições caracterizam a Europa Ocidental, bem como suas colônias (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia). Por outro lado, as instituições extrativas propiciam a expropriação e a busca por renda devido aos legados do colonialismo extrativo, dificultando o desenvolvimento nos países do Sul Global. A partir dessa dicotomia inclusiva/extrativa, o colonialismo como um sistema de extração é contrastado com o capitalismo como um sistema de inclusão.

Embora isso pareça trazer o papel do colonialismo de volta à discussão sobre o desenvolvimento e, especificamente, destacar o papel desempenhado pelas instituições extrativas do colonialismo europeu na criação do subdesenvolvimento, argumentamos aqui que a abordagem de AJR serve, em realidade, para reforçar o eurocentrismo na Economia.

## **O Eurocentrismo de AJR**

Há três formas importantes pelas quais AJR reforçam o eurocentrismo e uma visão colonialista de mundo. A primeira é que os autores negligenciam a natureza *global* do desenvolvimento capitalista e o papel central do colonialismo nesse PROCESSO (GRINBERG, 2018; INCE, 2022). Diversos acadêmicos anticolonialistas radicais há muito argumentam que o capitalismo se desenvolveu ao redor do mundo de uma forma a produzir concomitantemente desenvolvimento capitalista no Norte Global e subdesenvolvimento capitalista no Sul Global. As chamadas instituições inclusivas operando em certas partes do mundo foram sustentadas pelas instituições extrativas em outras partes, a partir da racialização, da destruição das economias artesanais, do desenvolvimento de economias extrativas baseadas na mineração e nos latifúndios monocultores (plantations). Isso criou desigualdades em escala global, produzindo a dicotomia desenvolvimento e subdesenvolvimento, que surgiu de um processo comum de expansão global do capitalismo, sustentado pelo colonialismo (AMIN, 2009; PATNAIK; PATNAIK, 2021). De fato, essas desigualdades não se limitam somente às dinâmicas internas de cada país, mas, especialmente nas economias do mundo em desenvolvimento, o processo de acumulação capitalista tem estado associado à despossessão em larga escala dos recursos de subsistências necessários para o pro-

cesso de acumulação (SANYAL, 2007). Essa produção acadêmica, portanto, destaca a natureza diferenciada das dinâmicas do capitalismo. A incapacidade em lidar com essas dinâmicas revela uma compreensão simplista do processo de desenvolvimento.

Em nítido contraste com essa compreensão, AJR consideram o colonialismo um choque externo isolado na trajetória do desenvolvimento institucional endógeno. O caminho para a dependência, nessa abordagem, não ocorre em função da natureza desigual do desenvolvimento capitalista, mas antes devido à natureza autorreferenciada das instituições políticas e econômicas (gerando ciclos “viciosos” ou “virtuosos”). Ao focar nas instituições (que apoiam o mercado) como motor da mudança, a abordagem de AJR minimiza a natureza desigual do capitalismo. Nessa medida, demonstram uma falta de compreensão do capitalismo como um violento sistema global que, tanto historicamente quanto contemporaneamente, produz desigualdade, gera tanto o desenvolvimento quanto o subdesenvolvimento. Portanto, o subdesenvolvimento no Sul Global é entendido como um produto dos casos malsucedidos de transformação capitalista e da falta de “boas” instituições. Do mesmo modo, o desenvolvimento no Norte Global é simplesmente atribuído ao estabelecimento de boas instituições, sem considerar que o desenvolvimento no Norte Global dependeu de um sistema global de exploração e extração. Ao negligenciarem os processos estruturais, violentos e desiguais do desenvolvimento capitalista, AJR reforçam a ideia eurocêntrica de que o desenvolvimento capitalista é baseado em (boas) instituições racionais, progressistas e endógenas.

A segunda forma pela qual o eurocentrismo é reforçado é pela negligência, por parte de AJR, do processo violento e desigual por meio do qual as instituições de direito de propriedade privada se estabeleceram tanto no Norte quanto no Sul Global. Essa negligência os levou a considerar tais instituições como “inclusivas”, apesar do fato de que os direitos de propriedade foram criados por um processo de desposseção de larga escala e pela apropriação de terras comuns ou indígenas, algo bem distante da proteção contra a expropriação (KHAN, 2012). De fato, a expansão capitalista das colônias da Europa Ocidental sustentada pela eliminação e desposseção dos povos indígenas está bem documentado (RANA, 2010). Com efeito, parece particularmente absurdo sugerir que a proteção contra a expropriação e coerção seria aquilo que caracterizaria tais instituições supostamente inclusivas.

Além disso, mesmo no Norte Global, os direitos à propriedade privada, tanto para bens materiais quanto para bens intelectuais, foram cotidianamente violados sempre que conveniente durante o processo de desenvolvimento. Por exemplo, nos Estados Unidos no século XIX, o sucesso das companhias ferroviárias privadas é frequentemente atribuído ao fato de que elas receberam um poder de domínio eminente, o que

significa que, a fim de expandir suas operações, elas podiam violar a propriedade privada dos outros mediante pagamento de uma compensação (KLEMESTRUD, 1999). Ademais, como Chang (2001) demonstra, os regimes de propriedade intelectual também foram historicamente bastante flexíveis na Europa e nos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX, de sorte que os produtores violavam rotineiramente os direitos de propriedade intelectual de seus concorrentes até a entrada do século XX. De maneira geral, ao enfatizar as instituições domésticas como o fator chave para explicar o desenvolvimento econômico, a visão de AJR revela uma falta de complexidade na compreensão de como as instituições estão imersas e evoluem junto aos sistemas econômicos e sociais de forma mais ampla.

Vale ainda ressaltar que, se observarmos como essas instituições foram implementadas ao redor do mundo, veremos que elas tiveram um impacto extremamente desigual sobre os diferentes povos, normalmente marginalizando as parcelas menos poderosas na sociedade. Por exemplo, quando os direitos à propriedade foram instituídos pelos britânicos na Índia, impôs-se uma dependência nos contratos escritos. Nesse sentido, somente as castas privilegiadas foram capazes de tomar vantagem disto, levando as castas marginalizadas a perderem suas reivindicações de propriedade (ILALAH, 1990). Outros autores apontaram que a atribuição de direitos de propriedade para populações tribais e indígenas na Índia, ao trazer terras comuns para o âmbito da troca de mercado, as tornou suscetíveis à apropriação pelos grandes capitais, que detêm muito mais poder no mercado do que as populações tribais (BHATTACHARYA; BHATTACHARYA; GILL, 2017). De modo semelhante, a manutenção dos direitos de propriedade privada como algo sagrado na África do Sul após o fim do apartheid, não obstante a violência por meio da qual as terras foram apropriadas pelo governo do apartheid para a população branca, contribuiu para a perpetuação da imensa desigualdade no país até os dias de hoje (NGCUKAITOBI, 2021). Com efeito, a promoção crítica das instituições (de apoio ao mercado) por parte de AJR joga para debaixo do tapete os desequilíbrios de poder que essas instituições reforçam e as formas violentas pelas quais elas foram sendo estabelecidas tanto no mundo desenvolvido quanto no mundo em desenvolvimento.

Por fim, ao identificar as causas fundamentais para o desenvolvimento, a abordagem de AJR, infelizmente, também nos leva a pensar no desenvolvimento como um processo tecno-burocrático de soluções políticas (RIST, 1997), despolitizando, assim, o processo de desenvolvimento capitalista. A lição final que é frequentemente extraída do trabalho deles é a de que as instituições políticas anglo-americanas são historicamente únicas e deveriam ser universalizadas para apoiar o desenvolvimento capitalista ao redor do mundo (MOREFIELD, 2014). De fato, a principal prescrição

política derivada do trabalho de AJR foi a de que os países do Sul Global precisavam adotar os tipos corretos de instituições para apoiar a acumulação de capital, também se alinhando estreitamente com o que ficou conhecido como o pós-Consenso de Washington (FINE, 2006).

Embora AJR se distanciem das abordagens behavioristas, de estilo “ajuste técnico”, promovidas pelos randomistas como solução para o desenvolvimento (BANERJEE; DUFLO, 2011), a compreensão geral deles do desenvolvimento como algo que pode ser resolvido através da importação de soluções elaboradas no Norte Global permanece. Talvez não seja surpreendente que a importação de “boas” instituições geralmente não tenha sido especialmente bem-sucedida em promover desenvolvimento no Sul Global, dado que é uma falácia que essas instituições tenham promovido o desenvolvimento econômico no Norte Global. Um exemplo extremo é o caso do Afeganistão, para onde os Estados Unidos tentaram exportar boas instituições para promover o desenvolvimento, sem lidar com os problemas estruturais de fundo ou reconhecer o seu próprio papel na formação da política econômica do país (GOODHAND; SEDRA, 2013). Como se sabe, essa tentativa falhou miseravelmente. De maneira geral, a despolitização do desenvolvimento, ao desviar nossa atenção das forças estruturais e violentas que sustentam a acumulação de capital, serve para reforçar a visão eurocêntrica de desenvolvimento. Isso tem consequências materiais reais para as populações ao redor do mundo que estão sujeitas às políticas associadas à nova economia institucional.

Como consequência, embora o trabalho de AJR seja frequentemente considerado como representante de uma “virada colonial” na Economia, em realidade ele falha em lidar com a visão colonial do mundo apresentada na teoria econômica dominante, dado que o colonialismo é considerado como um choque do passado, e as dinâmicas contínuas do imperialismo e do desenvolvimento capitalista desigual não são consideradas. Surpreendentemente, apesar da tentativa de integrar a história e o colonialismo em sua análise, a abordagem teórica de AJR continua, em realidade, sendo ahistórica e eurocêntrica (ANKARLOO, 2002; DUTT *ET AL.*, 2019).

## Conclusão

A concessão do Prêmio Nobel de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel a AJR, apesar da natureza facilmente refutável de suas hipóteses sobre instituições e desenvolvimento – que, de fato, têm sido amplamente criticadas em outros campos – uma vez mais revela o caráter insular da Economia e sua resistência a melhorias e mudanças de fundo, restringindo-se a mudanças metodológicas extremamente limitadas. A premiação concedida a três professores do MIT e de Chicago confere ainda mais



credibilidade à recente descoberta de Freeman *et al.* (2024, p. 1), de que tem havido uma concentração “extrema e crescente” de vencedores do Prêmio Nobel em apenas algumas universidades de elite dos Estados Unidos. Esse insulamento e concentração de poder são particularmente problemáticos, dada a influência desproporcional que a Economia enquanto disciplina exerce nas políticas econômicas no mundo. De fato, as formulações de políticas econômicas sobre “boa governança” em organizações internacionais centrais ainda são fortemente influenciadas pela visão simplista e tendenciosa de AJR sobre a natureza do processo de desenvolvimento capitalista.

Por que isso importa? Ao fornecer uma “resposta” fácil e elegante para o complexo processo de desenvolvimento, embora uma resposta errada, a ascensão de AJR à proeminência deu suporte para uma compreensão muito particular do desenvolvimento que agora é dominante na disciplina. Isso também forneceu uma narrativa simplista, que não admite refutação, e possivelmente racista, sobre o subdesenvolvimento: por que os países em desenvolvimentos não conseguiram se desenvolver, mesmo após décadas de esforços para fortalecer instituições de acordo com o padrão eurocêntrico? Porque seus direitos de propriedade privada e outras instituições capitalistas ainda não são fortes o suficiente. Essa narrativa sugere que há algo intrinsicamente bom nas instituições capitalistas ocidentais e intrinsicamente ruim nas instituições não capitalistas. O papel do colonialismo em destruir boas instituições não ocidentais, tanto capitalistas quanto não capitalistas, que poderiam promover o aumento dos padrões de vida e coesão social nas nações atualmente subdesenvolvidas é inaceitável. O objetivo deste artigo não é sugerir que o estudo das instituições não seja importante, mas, ao contrário, argumentar que a forma pela qual as instituições são estudadas pelo grupo dominante da Economia enquanto disciplina é extremamente deficiente para a compreensão da desigualdade global.

## Referências

- ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. The colonial origins of comparative development: An empirical investigation. *American Economic Review*, v. 91, n. 5, p. 1369-1401, 2001.
- AMIN, Samir. *Eurocentrism: Modernity, religion, and democracy: A critique of Eurocentrism and Culturalism*. 2nd ed. Oxford: Pambazuka Press, 2009 [1998].
- ANKARLOO, Daniel. New institutional economics and economic history. *Capital & Class*, v. 26, n. 3, p. 9-36, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030981680207800102>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Ester. *Poor Economics: A radical rethinking of the way to fight global poverty*. New York: Public Affairs, 2011.
- BHATTACHARYA, Rajesh; BHATTACHARYA, Snehashish; GILL, Kaveri. The Adivasi land question in the neoliberal era. In: D'COSTA, Anthony P.; CHAKRABARTY, Achin (Orgs.). *The land question in India: State, dispossession, and capitalist transition*. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 2017.
- BLAUG, Mark. The formalist revolution of the 1950s. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 25,



n. 2, p. 145-156, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1042771032000083309>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BRENNER, Robert. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. *Past & Present*, v. 70, p. 30-75, 1976.

CHANG, Ha-Joon. Intellectual property rights and economic development: Historical lessons and emerging issues. *Journal of Human Development*, v. 2, n. 2, p. 287-309, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14649880120067293>. Acesso em: 30 jul. 2025.

DUTT, Devika et al. *Decolonizing Economics: An introduction*. London: Polity Press, 2019.

ENGERMAN, Stanley L.; SOKOLOFF, Kenneth L. Colonialism, inequality, and long-run paths of development. In: BANERJEE, Abhijit V.; BENABOU, Roland; MOOKHERJEE, Dilip (Orgs.). *Understanding poverty*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 37-62.

FINE, Ben. *The New Development Economics: Post-Washington Consensus neoliberal thinking*. London: Zed Books, 2006.

FINE, Ben; MILONAKIS, Dimitris. *From Economics Imperialism to Freakonomics: The shifting boundaries between Economics and other social sciences*. London; New York: Routledge, 2009.

FRANK, Andre Gunder. The development of underdevelopment. *Monthly Review*, v.18, n.4. p. 17, 1966. Disponível em: [https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08\\_3](https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08_3). Acesso em: 30 jul.2025

FREEMAN, Richard B. et al. *High and rising institutional concentration of award-winning economists*. 25 jun. 2024. Disponível em: [https://conference.nber.org/conf\\_papers/f204525.pdf](https://conference.nber.org/conf_papers/f204525.pdf). Acesso em: 30 jul. 2025.

GOODHAND, Jonathan; SEDRA, Mark. Rethinking liberal peacebuilding, statebuilding and transition in Afghanistan: an introduction. *Central Asian Survey*, v. 32, n. 3, p. 239-254, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02634937.2013.850769>. Acesso em: 30 jul. 2025.

GRINBERG, Nicolas. Institutions and capitalist development: A critique of the New Institutional Economics. *Science & Society*, v. 82, n. 2, p. 203-233, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1521/siso.2018.82.2.203>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ILAIAH, Kancha. SCs and STs: Systemic Exploitation. *Economic and Political Weekly*, v. 25, n. 51, p. 2771-2774, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4397122>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INCE, Onur Ulas. Saving capitalism from empire: uses of colonial history in new institutional economics. *International Relations*, v. 38, n. 4, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00471178221104699>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INIKORI, Joseph. Atlantic slavery and the rise of the capitalist global economy. *Current Anthropology*, v. 61, p. 22, 2020.

KHAN, Mushtaq H. Governance and growth: History, ideology and methods of proof. In: NOMAN, Akbar et al. (Orgs.). *Good growth and governance in Africa: Rethinking development strategies*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 51-79.

KLEMETSrud, Jennifer M. The use of eminent domain for economic development. *North Dakota Law Review*, v. 75, p. 783, 1999.

MICHALOPOULOS, Stelios; PAPAIOANNOU, Elias. Pre-colonial ethnic institutions and contemporary African development. *Econometrica*, v. 81, n. 1, p. 113-152, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23357265>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MOREFIELD, Jeanne. *Empires without Imperialism: Anglo-American decline and the politics of deflection*. Oxford; New York, NY: Oxford University Press, 2014.

NGCUKAITOBI, Tembeka. *Land matters: South Africa's failed land reforms and the road ahead*. Cape Town: Penguin Random House South Africa, 2021.

NORTH, Douglass C. Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.5.1.97>. Acesso em: 30 jul. 2025.

NUNN, Nathan. The long-term effects of Africa's slave trades. *Quarterly Journal of Economics*, v. 123, n. 1, p. 139-176, 2008. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Nunn2008QJE.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PATNAIK, Prabhat; PATNAIK, Utsa. *Capital and imperialism: Theory, history, and the present*. Monthly Review Press, 2021.

RANA, Aziz. *The two faces of American freedom*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2010.

RIST, Gilbert. *The history of development: From Western origins to global faith*. London; New York: Zed Books, 1997.

RODNEY, Walter. *How Europe underdeveloped Africa*. London: Bogle-L'Ouverture Publications, 1972.

SANYAL, Kalyan. *Rethinking capitalist development: Primitive accumulation, governmentality and post-colonial capitalism*. New Delhi: Routledge, 2007.